



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª Reunião Ordinária de 6/4/2021

REGISTRO DE REUNIÃO

PRESENCAS	
<b>MEMBROS EFETIVOS</b>	<b>Presente</b>
<b>Fabiano de Abreu Pfeilsticker</b> Juiz Auxiliar da Presidência do TST - Coordenador do Comitê	X
<b>Dalila Nascimento Andrade</b> Desembargadora Presidente do TRT da 5ª Região - Representante do COLEPRECOR	
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho	X
<b>Fábio Portela Lopes de Almeida</b> Assessor - Representante da Presidência do TST	X
<b>Fábio Massahiro Kosaka</b> Procurador do Trabalho - Representante do MPT	X
<b>Luiz Antônio Mendes Garcia</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT	X
<b>Fabiano de Andrade Lima</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TST	X
<b>Márcio Nisi Gonçalves</b> Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRT da 2ª Região	X
<b>Claudio Luidi Gaudensi Coelho</b> Representante da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	X
<b>Tamiride Monteiro Leite</b> Advogada - Representante da OAB	
<b>Theo Lucas Borges De Lima Dias</b> Procurador da Fazenda Nacional - Representante da AGU	X
<b>Villermardo Ribeiro Dos Santos</b> Técnico Judiciário - Representante da Coordenadoria de Gestão Documental do CSJT	
<b>CONVIDADOS</b>	<b>Presente</b>
<b>Christiano Guimaraes de Carvalho</b> Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico do CSJT	X
<b>Ana Letícia Moura Vilela</b> Chefe do Núcleo de Apoio à Governança e Gestão do CSJT	X



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª Reunião Ordinária de 6/4/2021**

---

**1. Considerações preliminares**

- Para efeitos de registros, a reunião poderá ser gravada. Todavia, a gravação será utilizada apenas para registro temporário a auxílio na elaboração da Ata. Uma vez elaborada e aprovada a Ata, a gravação será apagada e quaisquer consultas posteriores aos registros da reunião deverão ser efetuadas exclusivamente por meio da Ata aprovada.

**2. Pendências de Reuniões Anteriores**

**Ementa:**

- Aprovação de Atas anteriores.

**Deliberações:**

- O CGNPJe deliberou pela aprovação das Atas de reuniões anteriores.

**3. Ofício a respeito do MNI**

**Ementa:**

- Dr. Fabio Kosaka explanou que as Procuradorias receberão Ofício da Presidência sobre a necessidade de implantação da nova versão 3.0 do MNI até a data de 30/5/2021, solicitando-se que todas as Procuradorias do Trabalho estejam preparadas.
- Todavia, há a ponderação de que, por questões de priorização, a construção do MNI 3.0 foi interrompida e que a retomada da versão 3.0 foi comunicada meramente por uma mensagem da CTPJE, enviada na data de 16/3/2021. Houve trocas de mensagens entre equipes técnicas que culminaram com o recebimento do Ofício Circular.
- A questão levantada pelo Dr. Fábio Kosaka refere-se ao prazo exíguo para as colocações do CSJT de que deixará de prestar suporte à versão 2.2, privando as Procuradorias de executarem migrações de versões de forma paulatina, cautelosa e prudente.
- Dr. Fábio Kosaka solicita esclarecimentos sobre a matéria, além da confirmação da implantação anunciada. Solicita também o contato de algum representante das equipes técnicas do TRT9 para que preste suporte e acompanhamento às PRTs para auxiliar na implantação do MNI 3.0.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª Reunião Ordinária de 6/4/2021**

**Deliberações:**

- Dr. Fabiano Pfeilsticker explanou que a implantação da versão 2.7 do PJe foi adiada para o mês de dezembro de 2021. Nessa versão 2.7, as versões 2.2.2 e 3.0 do MNI terão funcionamento casado e concomitante.
- A pedido, Christiano Carvalho, Coordenador da CTPJE esclareceu que serão implementadas estratégias para migração paulatina entre a versão 2.2.2 e a versão 3.0 do MNI. Informou os contatos técnicos por parte do TRT9 e da CTPJE, definindo o canal atual Slack como meio de comunicação entre as áreas técnicas.
- Dr. Fábio Kosaka agradeceu os esclarecimentos, manifestou concordância com as estratégias fixadas pelo CSJT e atestou que até o mês de dezembro de 2021 todas as funcionalidades e providências por parte do MPT estarão prontas, em produção e funcionais.

**4. Questão da fonte do Editor de Textos do PJe**

**Ementa:**

- O editor de textos do PJe passou a utilizar a fonte Courier New, em alinhamento com o padrão historicamente aplicado à formatação de Acórdãos do TST e de outros documentos. Todavia, para as aplicações eletrônicas essa fonte mostrou-se não ser adequada na prática, sendo de difícil visualização, principalmente no tamanho 12. Foram recebidas diversas reclamações de usuários de várias origens, incluindo abaixo assinados.
- Foi encaminhada à Ministra Presidente a proposta de retorno à fonte Open Sans, a qual envolveria a eventual necessidade de atualização normativa.

**Deliberações:**

- Dr. Fábio Portela esclareceu que a Ministra Presidente gostou da proposta, porém foi levantada a necessidade de se alterarem os normativos do TST com relação à padronização da fonte Courier para os Acórdãos internos do Tribunal, dentre outros documentos.
- Foi informado que a adoção da fonte Courier New remonta a um passado histórico do TST da época das máquinas de escrever elétricas, utilizadas anteriormente à implantação dos computadores.
- O Comitê deliberou para encaminhar à Presidência a proposta de retorno da adoção da fonte Open Sans no sistema PJe, em lugar da fonte Courier.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª Reunião Ordinária de 6/4/2021**

- Como argumentos fundamentais, foram ressaltados os graves prejuízos técnicos que a fonte Courier New vem causando, tratando-se de um problema técnico a ser resolvido e não de uma simples questão estética ou de padrão histórico.
- O CGNPJe concordou com todos os argumentos colocados e ratificou a proposta de prosseguimento dos trâmites para que sejam atualizados os normativos internos do TST e o retorno da fonte Open Sans.

**5. Aspectos atinentes à versão 2.7 do PJe**

**Ementa:**

- A implantação da versão 2.7 do PJe, no âmbito da Justiça do Trabalho, inicialmente estava prevista para o mês de abril de 2021. Todavia, considerando todas as demandas apresentadas às áreas de TIC da JT, principalmente em decorrência da pandemia, dos esforços para trabalho e funcionamento remoto, dentre outras, foi proposto o sobrestamento da nova versão para o mês de dezembro de 2021.

**Deliberações:**

- Dr. Fabiano Pfeilsticker apresentou que, devido principalmente a transtornos decorrentes da pandemia, diversos Tribunais voltaram seus esforços de desenvolvimento de TIC no sentido de viabilizar o funcionamento da Justiça do Trabalho com recursos de trabalho remoto e por videoconferências.
- Dessa forma, a implantação da versão 2.7, inicialmente prevista para o mês de abril de 2021, foi adiada para o mês de dezembro de 2021.
- O CGNPJe ratificou a proposta em acolhimento aos argumentos apresentados.

**6. Descrição das melhorias em aplicação no sistema**

**Ementa:**

- A versão 2.6 do PJe inclui diversas novas funcionalidades e melhoramentos. Este item na pauta refere-se a uma breve apresentação e explanação dos aspectos mais relevantes.

**Deliberações:**

- Dr. Fabiano Pfeilsticker apresentou as principais funcionalidades e novidades inseridas na versão em comento do PJe, com destaque aos benefícios acrescidos em cada uma das novidades.
- O CGNPJe ratificou as informações apresentadas e manifestou anuência e concordância.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**COMITÊ GESTOR NACIONAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO  
DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
2ª Reunião Ordinária de 6/4/2021**

**7. Cumprimento do Art. 285 do CPC com relação à determinação de publicações de informações sobre distribuição processual no Diário da Justiça.**

**Ementa:**

- Foi recebido um Ofício oriundo da OAB-PR, referente à previsão do NCPC, Art. 285, referente à distribuição de processos e de que as informações serão publicadas no Diário da Justiça.
- Dr.<sup>a</sup> Carolina trouxe o assunto ao conhecimento do CGNPJe referente ao comando expresso no Art 285 do NCPC, que estabelece a exigência de publicação de informações sobre distribuição processual no Diário da Justiça, o que remeteria à publicação no DJEN. No caso da JT, todas as publicações são realizadas no DEJT.
- A questão é complexa. O tema vem sendo tratado por projeto específico, incluindo o cumprimento à resolução CNJ n. 234/2016.

**Deliberações:**

- Considerando a ausência de representante da OAB na reunião, o assunto foi sobrestado.